

CONTAS DO GOVERNO DE 2013

DECLARAÇÃO DE VOTO

Reúne-se o Tribunal de Contas da União para desempenhar uma de suas atribuições constitucionais mais importantes, que é a de apreciar, de forma analítica e parecerista, as contas prestadas pelo Presidente da República.

No desempenho de competência privativa estabelecida expressamente pela Constituição Federal, a Excelentíssima Senhora Dilma Rousseff, Presidenta da República Federativa do Brasil, encaminhou ao Congresso Nacional o Balanço Geral da União, relativo ao exercício de 2012, e o Relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos dos Poderes da União.

O eminente Ministro José Jorge é merecedor de todas as congratulações pelo brilhante Relatório e pelo Projeto de Parecer Prévio que acabam de ser apresentados, com certeza mais uma obra de inestimável valor para orientar a Administração Pública brasileira.

A proficiente análise das contas relativas ao exercício de 2012 teve como parâmetros básicos as metas, os objetivos e as diretrizes do primeiro ano do Plano Plurianual do quadriênio de 2012 a 2015, cuja estratégia fundamental foi a promoção do crescimento econômico por meio da inclusão social e regional.

Das relevantes questões tratadas no Relatório, destaco a atividade econômica no Brasil, a dívida pública, a carga tributária, a Copa do Mundo de 2014 e a responsabilidade social, com inclusão.

Na análise da conjuntura econômica, o Produto Interno Bruto (PIB) de 2012 cresceu 0,9% em relação ao ano anterior, em termos reais, atingindo um patamar de R\$ 4,4 trilhões. Apesar do modesto crescimento do PIB, a análise da produção de bens e serviços de cada trimestre do ano, em relação ao trimestre anterior, revela que a economia se encontra em ligeira recuperação.

Em um cenário de recessão no continente europeu, de crescimento abaixo do previsto nos Estados Unidos e de desaceleração nos países emergentes, o saldo das Reservas Internacionais no valor de US\$ 378 bilhões apresentado pelo Brasil em 2012, com um aumento de 7,6% sobre o exercício precedente, oferece uma perspectiva de o País poder atravessar a presente crise mundial sem grandes turbulências econômicas.

No contexto interno, uma inovação importante ocorrida no exercício de 2012 foi a criação do Regime Diferenciado de Contratação (RDC). Os órgãos pioneiros a utilizá-lo no âmbito do PAC foram: a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). A Infraero reduziu o tempo médio dos procedimentos licitatórios de 137 dias para 72, obtendo um desconto médio de 12% em relação ao orçamento estimado. E o Dnit reduziu o prazo médio de 285 dias para 79, elevando de 16% para 17,5% o desconto médio.

Quanto ao endividamento da União, resultante da geração de superávit primário insuficiente para cobrir o déficit nominal do exercício, continua a merecer uma atenção especial. Com respeito à Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), a ação do governo gerou aumento de R\$ 41,5 bilhões entre 2011 e 2012, quando essa dívida alcançou o montante de R\$ 1,55 trilhão.

Entretanto, a referida dívida líquida apresentou redução de 1,2% do PIB, de 36,41% em dezembro de 2011 para 35,21% ao final de 2012. Para que o processo de redução da DLSP se acentue rapidamente e não comprometa a qualidade de vida da sociedade brasileira, reitero o entendimento de

que metas de crescimento do PIB e mecanismos de redução de despesas de juros e encargos nominais devem ser especificados.

Ainda em relação ao endividamento, observo que os empréstimos a pessoas físicas e jurídicas atingiram R\$ 2,36 trilhões em 2012, correspondendo a 53,5% do PIB. Continuou, assim, a trajetória da expansão das operações de crédito (16,2% em relação a 2011). Sobre o assunto, merece uma reflexão maior a seguinte questão: o endividamento elevado pode comprometer o investimento e o crescimento da economia brasileira?

Outro tema constantemente destacado nos relatórios produzidos por este Tribunal, a evolução da carga tributária apresentou discreta variação positiva em relação ao PIB, passando de 35,31% em 2011 para 35,41% em 2012. Como o crescimento nominal da carga tributária foi menor do que o do PIB, provavelmente tenha resultado de efetivo crescimento econômico, fato relevante na atual conjuntura.

Acerca das providências necessárias para a realização da Copa de 2014, o Ministro José Jorge adequadamente sintetizou os esforços desta Corte em bem acompanhar a regularidade e a eficiência dos gastos governamentais. Na condição de relator dos processos relativos ao Mundial de Futebol, destaco o andamento das obras aeroportuárias e de mobilidade urbana, em que o próprio Governo Federal tem reconhecido certo atraso ao previsto na matriz de responsabilidades.

Inquietou-me o fato de as referidas obras, na medida em que não ficassem prontas a tempo, tivessem cessado o fluxo de dinheiro do empréstimo e, em consequência, viessem a parar. Com a Resolução nº 10/2013 do Senado Federal, os empreendimentos listados na matriz de responsabilidades foram autorizados a continuar usufruindo do benefício, mesmo correndo o risco de não estarem disponíveis para os megaeventos esportivos. Assim, no meu ponto de vista, ficou assegurado o legado mais relevante em termos de herança positiva do Mundial, os investimentos de mobilidade urbana, que impactam positivamente e de forma duradoura em favor de toda a sociedade, principalmente a população de menor renda. É claro que esta Corte deve continuar o seu trabalho de acompanhamento. Até mesmo para, na confirmação de eventual atraso, contribuir, o quanto antes, para a adoção de medidas alternativas saneadoras.

Na questão social, o novo plano plurianual (PPA) do quadriênio de 2012 a 2015 levou este Tribunal a focar sua análise nas políticas inclusivas, capazes de promover a inserção produtiva de grupos sociais e regiões brasileiras. Educação e saúde, dentre outras políticas, necessitam de maiores investimentos para serem efetivas.

A arrecadação no exercício de 2012 permitiu ao Governo Federal realizar despesas de mais de R\$ 1,8 trilhão em suas várias Funções. Entretanto, desse total foram para a Função Saúde 4,34%, para a Função Educação 3,94% e para a Função Segurança Pública 0,47%. Investimento baixo nessas relevantes funções governamentais, certamente, compromete as políticas inclusivas previstas no PPA.

Em relação ao assunto, reitero mais uma vez a minha crença de que com a edição de uma “Lei de Responsabilidade Social”, já reivindicada por mim há muitos anos, poder-se-á harmonizar a administração dos recursos disponíveis com os legítimos interesses da coletividade, e no caso do PPA 2012 a 2015 fixar metas de investimento e aferição de resultados.



Concluindo essas breves reflexões, renovo meus louvores ao Ministro José Jorge e à equipe que o assessorou pela percuciente avaliação macroeconômica e social acerca de importantes e complexas questões nacionais, e VOTO pela aprovação do Projeto de Parecer Prévio ora submetido à apreciação deste Plenário.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 29 de maio de 2013.

VALMIR CAMPELO
Ministro